

Economia - Brasil Juros anulam medidas para reativar economia

Para especialista, redução do IPI e IOF, entre outras decisões adotadas pelo governo, são insuficientes para compensar os efeitos perversos de taxas de 19% ao ano

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

BRASÍLIA – O governo “mata” no atacado e “refresca” no varejo. Com essa imagem, o economista Raul Velloso ilustra sua tese de que as medidas adotadas até agora pelo governo para reaquecer a economia – como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em até 7 pontos percentuais para a indústria automobilística – são insuficientes para compensar os efeitos perversos dos juros altos. “Por

isso, não há o menor perigo de a economia entrar em rota de franco aquecimento”, afirma o especialista. “Estamos apenas saindo da recessão.”

Na avaliação de Velloso, todas as medidas anunciadas pelo governo federal vão apenas conseguir devolver a economia ao nível da atividade observado antes da eclosão da crise asiática, no terceiro trimestre de 1997, “que não chegava a ser uma festa”.

Camisa-de-força – Enquanto

os juros permanecerem em 19% ao ano, ante 7% no resto do mundo, a economia brasileira não tem como crescer de forma significativa, completa. A maioria das estimativas de mercado para o Produto Interno Bruto (PIB) aponta para um crescimento em 1998 – a Tendências Consultoria Econômica, por exemplo, projeta aumento de 1,6% na produção de bens e serviços no País em relação ao ano passado.

“As medidas pontuais de redução de alguns tributos, como

o IPI e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) são puramente paliativas e de efeito mais visual”, avalia o economista. “O dado relevante é que o governo continua tirando recursos da sociedade por outra porta, como o aumento das alíquotas do Imposto de Renda (IR) da Pessoa Física

e sobre os rendimentos das aplicações financeiras, que vai render cerca de R\$ 7 bilhões até o fim deste ano.”

Com o pacote fiscal baixado em novembro, o governo federal garantiu um aumento das



Raul Velloso: arrecadação depende cada vez menos do nível de atividade

receitas superior ao crescimento dos gastos, mesmo em um ano eleitoral.

A melhoria do resultado primário das contas de todo o setor público (receitas menos despesas, exceto aquelas referen-

tes aos juros da dívida) é uma prova de que o governo continua controlando com rédea curta o nível de atividade econômica, apesar de ter tornado flexíveis algumas amarras impostas no último trimestre do

ano passado, como o brutal aumento dos juros, decidido no fim de outubro, e o pacote fiscal, baixado no início de novembro.

A hipótese mais otimista é que o déficit primário de 0,9% do PIB registrado em 1997 se transforme em um superávit primário de 0,1% este ano.

“Nesse caso, o setor público estará extraindo ao longo deste ano R\$ 9 bilhões a mais da sociedade”, calcula Velloso.

Também na hipótese pessimista – de que o déficit caia para 0,5% do PIB –, os governos federal e estaduais, mais as empresas estatais, estarão consumindo do setor privado R\$ 3,6 bilhões a mais do que retiraram no decorrer de 97.

Sangria dos juros – Como o déficit fiscal se vem deteriorando por causa do impacto dos juros altos na dívida interna, o governo terá de cortar ainda mais outros gastos para fazer frente à sangria de recursos públicos consumidos pela rolagem dos títulos do Tesouro Nacional e do Banco Central.

Diante desse cenário macroeconômico – manutenção dos juros altos e carga tributária elevada –, Velloso não vê boas perspectivas para a economia

no próximo ano. Para ele, a economia vai continuar “morna”.

Essa perspectiva é reforçada pela premissa de que, em 1999, quando terá início o mandato do presidente eleito este ano, necessariamente terá de vir um novo aperto fiscal.

Na opinião do economista, entretanto, o fato de a economia não deslanchar não significa um problema para as receitas governamentais, que até agora estão segurando as tentativas de ajuste fiscal. “O governo está dependendo cada vez menos do nível de atividade para arrecadar mais”, afirma.

O mau desempenho da economia puxa para baixo a arrecadação principalmente das contribuições sociais (cobradas sobre o faturamento das empresas) e do IPI.

Nos últimos anos, as receitas federais vêm crescendo em termos reais basicamente por causa da elevação da carga tributária com a adoção de impostos e contribuições temporários – como é o caso da Contribuição Provisória sobre Movimento Financeiro (CPMF) e da taxaço, pelo Imposto de Renda, do estoque das aplicações financeiras.

■ Mais informações nas páginas 3 e 4

HÁ
PERSPECTIVA DE
APERTO FISCAL
APÓS A POSSE
DO NOVO
PRESIDENTE DA
REPÚBLICA